

Almeida: desemprego atinge 3 milhões no comércio

Dos mais de 13 milhões de trabalhadores que compõem a categoria dos comerciários no Brasil, pelo menos cerca de três milhões estão desempregados. E dos empregados, cerca de oito milhões ganham apenas o salário mínimo. Esses dados são revelados pelo presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC), Antônio Alves de Almeida, para mostrar que os comerciários, como de resto os trabalhadores das demais áreas, atravessam um momento de grandes dificuldades. A inflação, na avaliação do dirigente, é a principal responsável por todo esse quadro. Na entrevista a seguir, o presidente da CNTC alinha os planos de lutas de sua categoria na busca de uma reversão ou, pelo menos, de abrandamento da grave situação que aflige a população, sobretudo os trabalhadores.

P — Como está a situação dos trabalhadores no comércio neste momento em que o País atravessa sua maior crise social, política e econômica?

R — A exemplo dos demais trabalhadores, os empregados do comércio estão, evidentemente, atravessando dificuldades das mais diferentes formas. E essas dificuldades são, sobretudo, pelo fato de sermos vítimas de uma inflação de 30% ao mês. É um fato que flagela toda população. A meu ver, uma inflação de 30% só é possível em um País em guerra ou dissolução. O Brasil não se encontra em nenhuma dessas situações, mas a inflação é alta. É isso gera a desigualdade social, porque enquanto 10% da população vivem da especulação, o restante está na pobreza, boa parte até passando fome. Como simples empregado, o comerciário também é vítima desse flagelo.

P — Qual a preocupação da CNTC hoje e com o

futuro em relação à manutenção do emprego no setor?

R — A preocupação do comerciário hoje é lutar para que se possa pelo menos reduzir com a recessão, que é a geradora de desemprego. Vale lembrar que esses fenômenos também são consequência da inflação. Estamos também seriamente preocupados com essa propalada reforma constitucional. Ao nosso ver, nada mais se pretende fazer senão retirar da Constituição os direitos sociais consagrados aos trabalhadores. Vamos lutar no sentido de evitar que isso aconteça. Sobretudo porque entendemos que não há necessidade de reforma constitucional. O que pode haver, sim, é uma regulamentação da Constituição.

P — Qual o número de trabalhadores do comércio atualmente desempregados? O desemprego tende a crescer? O que fazer para evitar isso?

R — na nossa catego-

ria, que envolve mais de 13 milhões de trabalhadores, pelo menos três milhões estão desempregados, em todo o País. E a inflação é o fator principal do desemprego. As pequenas e médias empresas, justamente as que aglutinam maior número de comerciários, não resistem à alta inflacionária e acabam desempregando gente. Por isso, somos, de certa forma, aliados das pequenas e médias empresas, no sentido de protegê-las para que, com isso, protejamos também o empregado do comércio.

P — Qual a preocupação da CNTC com relação ao grande número de falências no setor terciário da economia?

R — Nós verificamos que o número de falências no setor é relativamente grande, embora tenhamos observado uma certa redução nos últimos três meses. Não temos um número exato. Mas chegamos à conclusão que, em muitos casos, uma empresa de médio porte, sobretudo, se forma hoje e daqui a um ano ou um ano e meio acaba indo à falência, por não poder competir com a grande empresa. Morre uma empresa hoje, nasce outra amanhã, e o pequeno e médio comerciante fica nessa luta terrível pela sobrevivência.

P — Como a CNTC está vendo o novo pacote econômico editado recentemente pelo Governo?

R — Ele traz algumas perspectivas no sentido de melhorar a situação, sobretudo no que diz respeito à recessão e ao desemprego. Mas não aborda um dos pontos primordiais, que é a inflação. O Governo não tomou a iniciativa de enfrentar o problema de maneira decisiva. De forma que, em razão disso, é muito difícil es-



Antônio Alves de Almeida resalta que categoria passa por dificuldades

se pacote encaminhado ao Congresso resolver a situação que está afligindo a população, sobretudo o trabalhador que vive de salário mínimo. E é uma grande maioria, não só no comércio como em todas as demais categorias. O Governo precisa enfrentar corajosamente os especuladores, os maus empresários. Aliás, o Governo é um dos participantes dessa situação, porque as tarifas dos serviços públicos, em vez de serem controladas, aumentam demasiadamente. É preciso ter

uma disciplina nesse caos econômico.

P — A CNTC defende a livre negociação salarial?

R — Nós defendemos a livre negociação salarial, desde que seja dentro dos moldes capazes de fazer com que o empregador aceite a convocação, a discutir com o empregado quando se trata de um acordo coletivo de trabalho. Com a legislação atual, o empregador entende que está desobrigado a isso. Manda um representante à

mesa de negociações, que não resolve e diz que se recorra à Justiça do Trabalho. E o conflito acaba se alongando por muito tempo, porque a Justiça do Trabalho no Brasil vive sobrecarregada. São 22 a 23 mil processos que chegam todos os anos ao TST (Tribunal Superior do Trabalho). Na Alemanha, por exemplo, o Tribunal se dedica a cerca de 300 processos por ano.

De forma que precisamos de uma nova legislação sobre direitos coletivos de trabalho, onde o empregador se sinta obrigado a participar das negociações. Não concordamos com a proposta de adoção do contrato coletivo de trabalho da forma como foi divulgada pelo Governo. Ela visa arrebentar com os sindicatos, federações e confederações, entidades encarregadas de tratar dessa matéria.

P — Qual o percentual de trabalhadores no comércio que recebe de um a três salários mínimos?

R — Dos mais de 13 milhões de trabalhadores na área, cerca de oito milhões vivem de salário mínimo. O restante de dois a três mínimos, ressaltando os casos de alguns que recebem um pouco mais através de comissões das lojas.

P — Qual a expectativa da CNTC sobre a recuperação do setor terciário da economia. Há uma projeção de quando isso ocorrerá?

R — Como diz o ditado, a esperança é a última que morre. É aquela velha história. Nós temos a perspectiva de que a coisa possa melhorar. Entendemos que toda a crise atual decorre especialmente da situação inflacionária que assola o País. Com o ingresso de um novo ministro da Fazenda (Fernando Henrique Car-

doso), experiente e competente, vamos ver se ele faz o milagre de diminuir a inflação. Isso ocorrendo, o desemprego diminui, a recessão também e, ao final, a situação de todos nós também melhora.

P — Qual a faixa de empresas (pequenas, médias e grandes) que gera maior número de empregos no comércio?

R — Já está consagrado que o maior número de emprego é mantido pelas médias e pequenas empresas. Mas geralmente elas são sacrificadas pelo grande empresário, pelas grandes lojas que ficam insistindo em abrir aos domingos e feriados. A pequena e média não podem abrir nesses dias por não suportar os elevados encargos sociais e acabam perdendo negócios. As pequenas e médias empresas são responsáveis por 60% do emprego no Brasil, sobretudo no comércio.

P — O que a CNTC espera das futuras negociações salariais? Há possibilidade de conflitos entre as entidades dos empregados e a dos empresários?

R — Nós somos conhecidos no Brasil todo como uma categoria profissional que sempre procurou evitar o conflito. Temos obtido sempre bons entendimentos com o empresariado da nossa área, e encontrado grande compreensão tanto por parte deles quanto do comerciário. As nossas convenções de trabalho vêm ocorrendo sem conflito. Basta dizer que são poucos os movimentos grevistas na área do comércio.

P — Qual o conceito que a CNTC dá ao desempenho do Congresso Nacional em relação ao setor do comércio?

R — O desempenho do Congresso no tocante ao setor tem sido positivo ultimamente. Mas pode ser melhor. Inclusive conclamei ao Congresso a ajudar o presidente da República a acabar com a inflação. E propus a aprovação de um projeto onde o Poder Executivo se comprometeria a reduzir a inflação mês a mês, em 5%, tudo isso desde que uma lei fosse aprovada.

Aqueles que descumprissem essa prefixação seriam punidos com multas de dez a 500 salários mínimos. Na reincidência, ficariam sujeitos ainda a penas de um a quatro anos de reclusão. Seriam criadas uma legislação penal nesse sentido e varas criminais especializadas para julgar esses infratores. Se o Congresso instituisse uma lei com essas características, ficaria muito mais admirado pela população.

P — A entidade tem uma posição sobre a sucessão presidencial?

R — A sucessão está nas ruas. Mas ainda vai correr muita água por baixo da ponte. Precisamos primeiro equilibrar a situação do País.

P — E o balanço da CNTC sobre o 2º Congresso Nacional dos Trabalhadores no Comércio?

R — O Congresso, realizado durante três dias, reuniu 700 companheiros de vários recantos do País. Eles trouxeram suas preocupações, dificuldades e sugestões. Vamos levar nossas conclusões aos poderes constituídos. Esperamos que seja melhorada a atual legislação trabalhista, no sentido de uma maior tranquilidade ao trabalhador no Comércio em todo o Brasil.